

Coleção
Eduardo Espínola

Carolina Uzeda

INTERESSE RECURSAL

2018

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

161 Interesse recursal / Carolina Uzeda – Salvador: Editora JusPodivm, 2018.
288 p. (Eduardo Espínola / Coordenação Fredie Didier Jr.)

Bibliografia
ISBN 978-85-442-2113-6.

1. Direito Processual Civil. I. Didier Jr., Fredie. II. Uzeda, Carolina. III. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1122203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1. AÇÃO	23
-------------------------------	-----------

1.1. Teoria da ação	23
1.2. Teoria eclética, condições da ação e o CPC/73	25
1.3. Teoria da asserção	28
1.4. Condições da ação no CPC/15	34
1.5. Pressupostos processuais	39
1.5.1. Pressupostos processuais negativos	41
1.6. Interesse de agir	45
1.6.1. Identificação do interesse de agir	51
1.6.2. Elementos do interesse de agir	52
1.6.2.1. Necessidade	55
1.6.2.2. Utilidade	57
1.6.2.3. Adequação	60
1.7. Interesse processual	63
1.8. Interesse público e interesse institucional	66

CAPÍTULO 2. RECURSO	71
----------------------------------	-----------

2.1. Inafastabilidade do controle jurisdicional	71
2.2. Duplo grau de jurisdição	73
2.3. Direito de ação e direito ao recurso	80
2.4. Objeto do recurso	86

2.5. Conceito de recurso	90
2.6. Correção de erro material, esclarecimento e integração	93
2.7. Invalidação, declaração de inexistência e reforma	95
2.8. Julgamento	99
2.9. Juízo de mérito	105
2.10. Juízo de admissibilidade	108
2.11. Pontos de contato entre os requisitos de admissibilidade da causa e do recurso	115
2.12. Condições do recurso como fenômeno afirmado	120
2.13. Legitimidade recursal	124

CAPÍTULO 3. INTERESSE RECURSAL 129

3.1. Considerações iniciais	129
3.2. Necessidade	136
3.3. Utilidade	140
3.3.1. Sucumbência	142
3.3.1.1. Interesse recursal para recorrer apenas de questão prejudicial	151
3.3.1.2. Interesse recursal para recorrer de decisão que extingue o processo sem resolução do mérito	156
3.3.1.3. Interesse recursal para recorrer da decisão inexistente, rescindível ou inexigível	163
3.3.1.3.1. Interesse recursal para recorrer de sentença resultante em dolo, coação, simulação ou colusão	169
3.3.2. Utilidade sem sucumbência	170
3.3.3. Atualidade e interesse recursal eventual	173
3.4. Interesse-cabimento	175
3.4.1. Fungibilidade	183
3.4.2. Convertibilidade	187
3.5. Interesse recursal do terceiro prejudicado	189
3.6. Interesse recursal do Ministério Público	197
3.7. Interesse recursal do amicus curiae	199

CAPÍTULO 4. O CPC/15 E O INTERESSE RECURSAL	201
4.1. Estabilização da tutela antecipada e interesse recursal presumido	201
4.2. Irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	203
4.2.1. Interesse complexo	203
4.2.2. Interesse condicionado, eventual ou virtual	208
4.2.3. Cabimento de apelação para impugnar exclusivamente decisão interlocutória	212
4.2.4. Decisão parcial terminativa ou decisão parcial de mérito e cabimento do recurso contra decisões interlocutórias até então prolatadas	217
4.2.5. Decisão prolatada contra terceiro e contra auxiliar do juízo	221
4.3. Sistema de precedentes vinculantes e interesse recursal	224
4.3.1. Formação de precedente como efeito do recurso	226
4.3.2. Formação do precedente como objeto do recurso	229
4.3.3. Modificação do objeto do recurso em decorrência de desistência, abandono ou perda superveniente do interesse recursal do recorrente	233
4.3.4. Interesse recursal do Ministério Público e do <i>amicus curiae</i>	236
4.3.4.1. Cabimento do recurso para formação de precedente de abrangência nacional	240
4.3.5. Interesse recursal do vencedor	243
4.4. Lei 13.256/16 e interesse recursal	245
4.4.1. Artigo 1.030, I, agravo interno e a sua pretendida irrecorribilidade	246
4.4.2. Inadmissão de recursos excepcionais por mais de um fundamento. A interposição simultânea de agravo interno e agravo em recurso especial e extraordinário.	252
4.4.3. Sobrestamento de recurso excepcional, na forma do 1.030, III e a desnecessidade do agravo interno	254
4.4.4. Encaminhamento para juízo de retratação	256
CONCLUSÃO	259
REFERÊNCIAS	265